



Número: **0026571-73.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **10/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado  |                            |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA (AUTOR)                              |                    | RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI (ADVOGADO)   |                            |
| <del>TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A (REU)</del>                  |                    |  |                            |
| <del>SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)</del> |                    |  |                            |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)               |                    |  |                            |
| TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REU)                            |                    |  |                            |
| Documentos   |                    |  |                            |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo                       |
| 63332 432  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">Petição Inicial</a>  | Petição Inicial            |
| 63332 435  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">01. INICIAL - GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA</a>                              | Petição em PDF             |
| 63332 436  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">02. PROCURAÇÃO (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>                     | Procuração                 |
| 63332 437  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">03. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a> | Outros (Documento)         |
| 63332 438  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">04. RG E CPF (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>                       | Documento de Identificação |
| 63332 439  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">05. BOLETIM DE OCORRÊNCIA (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>          | Outros (Documento)         |
| 63332 440  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">06. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>      | Outros (Documento)         |
| 63332 441  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">07. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>       | Outros (Documento)         |
| 63332 442  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">08. CRLV (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>                           | Outros (Documento)         |
| 63332 443  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">09. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>             | Outros (Documento)         |
| 63332 444  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">10. FOTOS (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                                | Outros (Documento)         |
| 63332 445  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">11. DOCUMENTO HOSPITAL 01 (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                | Outros (Documento)         |
| 63332 446  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">12. DOCUMENTO HOSPITAL 02 (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                | Outros (Documento)         |
| 63332 447  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">13. DOCUMENTO HOSPITAL DOM HÉLDER (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>        | Outros (Documento)         |
| 63332 448  | 10/06/2020 22:41   | <a href="#">14. RESUMO DE TRATAMENTO (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                 | Outros (Documento)         |

|              |                  |   |                    |
|--------------|------------------|---|--------------------|
| 63332<br>449 | 10/06/2020 22:41 | <a href="#">15. DOCUMENTO HOSPITALAR 01 (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                           | Outros (Documento) |
| 63332<br>451 | 10/06/2020 22:41 | <a href="#">16. DOCUMENTO HOSPITALAR 02 (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                           | Outros (Documento) |
| 63332<br>450 | 10/06/2020 22:41 | <a href="#">17. DOCUMENTO HOSPITALAR 03 (GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA)</a>                           | Outros (Documento) |
| 63332<br>474 | 10/06/2020 22:55 | <a href="#">Petição em PDF</a>  | Petição em PDF     |
| 63332<br>477 | 10/06/2020 22:55 | <a href="#">PETIÇÃO REQUERENDO INCLUSÃO CNPJ DAS DEMANDADAS (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a> | Petição em PDF     |
| 63404<br>827 | 17/06/2020 18:31 | <a href="#">Despacho</a>  | Despacho           |
| 63787<br>675 | 19/06/2020 14:34 | <a href="#">Retificação do polo passivo</a>   | Certidão           |
| 63787<br>679 | 19/06/2020 14:36 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação          |
| 63869<br>277 | 24/06/2020 15:06 | <a href="#">Petição em PDF</a>  | Petição em PDF     |
| 63869<br>278 | 24/06/2020 15:06 | <a href="#">PETIÇÃO TOMANDO CIÊNCIA DE INTIMAÇÃO (GINA LOLOBRIGIDA BRITO DA SILVA)</a>            | Petição em PDF     |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE - ESTADO DE PERNAMBUCO.

**GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA**, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 4.222956 SSP-PE, inscrita no CPF sob o nº 795.131.314-91, não possui e-mail, residente e domiciliada à Rua São João Batista, nº 144, Ferroviária, Ribeirão-PE, CEP: 55520-000, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 319 Novo Código de Processo Civil e com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, promover a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT**

em face de **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 60.831.344/0001-74, situada no CONDOMÍNIO EMPRESARIAL RIOMAR TRADE CENTER, Av. República do Líbano, nº 251 - Sala 1001 - Torre 2 - Pina - Recife-PE - Cep: 51110-160 e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031–205, pelo que declara e passa a expor:

### **- DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, o Autor requer a V. Exa. o benefício da Justiça Gratuita, na forma dos artigos 98 e ss, da CPC/2015, uma vez que não apresenta condições financeiras de arcar com o ônus processual deste feito, sem que haja prejuízo próprio ou sua família, motivo este, que requer a GRATUIDADE DA JUSTIÇA.

Art. 98 CPC: “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

### **2. DOS FATOS**

A Autora afirma que em 22/09/2019, estava indo sentido Sirinhaém quando nas imediações do Engenho São Paulo, um veículo fez uma manobra e entrou na frente do seu veículo, momento em que houve o acidente.

A Autora foi socorrida para a UPA de Camela, e em seguida transferida para o hospital Miguel Arraes, onde de acordo com o laudo pericial, **A AUTORA SOFREU**



**LESÕES NA MAMA ESQUERDA, ABDOMEM, SENDO SUBMETIDA A COLECISTECTOMIA COM DUODENORRAFIA POR FÍSTULA COLECISTODUODENAL**, observando-se a invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou cura.

### 3. DO DIREITO

Sendo a Requerente vítima de acidente de veículo motocicleta, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (**Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não**); conforme o artigo 3º, alínea "b" que dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

#### ANEXO

[\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

[\(Produção de efeitos\).](#)

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

| Danos Corporais Totais   | Percentual |
|--|------------|
| Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico  | da Perda   |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores       |            |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés                |            |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior      |            |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral |            |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental                      | 100        |
| alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre                   |            |
| deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)                    |            |
| comprometimento de função vital ou autonômica  |            |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,            |            |
| pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não                        |            |



|  |             |
|--|-------------|
| compensáveis   |             |
| de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de      |             |
| qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital             |             |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)   | Percentuais |
| Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores                          | das Perdas  |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou          |             |
| de uma das mãos  | 70          |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores               |             |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés                              | 50          |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo           |             |
| Polegar  | 25          |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo                    |             |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da   |             |
| Mão  | 10          |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé             |             |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)   | Percentuais |
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais                               | das Perdas  |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou | 50          |
| da visão de um olho  |             |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral    | 25          |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  | 10          |

Portanto, a Requerente perfaz o direito de receber **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a título de indenização, no entanto, **a Autora não teve seu pedido de indenização pela via administrativa deferido**, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus a Autora ao recebimento no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

**Contudo, caso este MM. Juízo entenda pela necessidade de perícia para avaliação das sequelas deixadas pelo acidente, que seja remetido para a diretoria de saúde do TJPE.**

Assim sendo, **ingressa com a presente ação**, a fim de receber o valor correspondente à indenização do seguro DPVAT com base na Lei nº. 6.194/74.

Conforme documentos anexos, a Requerente comprova o acidente e o dano por este causado, em consonância com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, *in verbis*:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição



obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em acidente de trânsito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT.** Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)

#### 4. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todos os fatos aqui esposados, bem como legislação descrita e documentos juntados, **REQUER** à Vossa Excelência o seguinte:

1) A citação das Requeridas, **pelos Correios**, nos termos do artigo 247 do Novo Código de Processo Civil, para, querendo, apresentar resposta à presente, no prazo e forma legais, sob pena de lhe serem imputados os efeitos da revelia;

2) A **PROCEDÊNCIA** da presente demanda, com a condenação das Requeridas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “b”, da Lei 6.194/74;

3) Requer, ainda, a condenação das Requeridas nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, no importe de 20%;

4) A parte Autora vem a presença de Vossa Excelência informar que não tem interesse que seja designada audiência de conciliação ou mediação, na forma do previsto no artigo 334 do NCPC;

5) **Por fim, requer os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, consoante Lei 1060/50 e posteriores alterações, por ser a Autora pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa.**

Protesta e requer provar o alegado por **todos** os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial, prova pericial e todas as demais que se fizerem necessária para a perfeita elucidação do feito.

Requer ainda o Suplicante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

Outrossim, **requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome do Procurador RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI, OAB/PE Nº 31.915**, com endereço na Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 1551, sala 01, Piedade, Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54410-010.

Dá-se a esta o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Recife, 10 de junho de 2020.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI**  
**OAB/PE Nº 31.915**





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE - ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**GINA LOLOBRIGIDA DA SILVA**, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 4.222956 SSP-PE, inscrita no CPF sob o nº 795.131.314-91, não possui e-mail, residente e domiciliada à Rua São João Batista, nº 144, Ferroviária, Ribeirão-PE, CEP: 55520-000, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 319 Novo Código de Processo Civil e com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, promover a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT**

em face de **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 60.831.344/0001-74, situada no CONDOMÍNIO EMPRESARIAL RIOMAR TRADE CENTER, Av. República do Líbano, nº 251 - Sala 1001 - Torre 2 - Pina - Recife-PE - Cep: 51110-160 e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-205, pelo que declara e passa a expor:

**- DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com





Inicialmente, o Autor requer a V. Exa. o benefício da Justiça Gratuita, na forma dos artigos 98 e ss, da CPC/2015, uma vez que não apresenta condições financeiras de arcar com o ônus processual deste feito, sem que haja prejuízo próprio ou sua família, motivo este, que requer a GRATUIDADE DA JUSTIÇA.

Art. 98 CPC: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

## 2. DOS FATOS

A Autora afirma que em 22/09/2019, estava indo sentido Sirinhaém quando nas imediações do Engenho São Paulo, um veículo fez uma manobra e entrou na frente do seu veículo, momento em que houve o acidente.

A Autora foi socorrida para a UPA de Camela, e em seguida transferida para o hospital Miguel Arraes, onde de acordo com o laudo pericial, **A AUTORA SOFREU LESÕES NA MAMA ESQUERDA, ABDOMEM, SENDO SUBMETIDA A COLECISTECTOMIA COM DUODENORRAFIA POR FÍSTULA COLECISTODUODENAL**, observando-se a invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou cura.

## 3. DO DIREITO

Sendo a Requerente vítima de acidente de veículo motocicleta, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (**Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não**); conforme o artigo 3º, alínea "b" que dispõe:

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

#### ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – Sl 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



| Danos Corporais Totais<br>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico   | Percentual<br>da Perda    |
|---|---------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores  | 100                       |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés   |                           |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior   |                           |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral  |                           |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental   |                           |
| alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre  |                           |
| deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)   |                           |
| comprometimento de função vital ou autonômica   |                           |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |                           |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores   | Percentuais<br>das Perdas |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos   | 70                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores  |                           |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés   | 50                        |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo  |                           |

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



|  |                        |
|--|------------------------|
| <u>Polegar</u>   | 25                     |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo  |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão                   | 10                     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé                                 |                        |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais         | Percentuais das Perdas |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50                     |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral                        | 25                     |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  | 10                     |

Portanto, a Requerente perfaz o direito de receber **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a título de indenização, no entanto, **a Autora não teve seu pedido de indenização pela via administrativa deferido**, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus a Autora ao recebimento no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

**Contudo, caso este MM. Juízo entenda pela necessidade de perícia para avaliação das sequelas deixadas pelo acidente, que seja remetido para a diretoria de saúde do TJPE.**

Assim sendo, **ingressa com a presente ação**, a fim de receber o valor correspondente à indenização do seguro DPVAT com base na Lei nº. 6.194/74.

Conforme documentos anexos, a Requerente comprova o acidente e o dano por este causado, em consonância

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, *in verbis*:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod.  
96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz:  
PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96  
DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N.  
8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA.  
A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da  
Constituição da Republica nem contraria a essência  
do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do  
Código Civil, nos casos em que o seguro não se  
acha realizado ou vencido, pois a constituição  
obrigatória do consórcio de seguradoras foi  
criado justamente para cobrir a indenização  
por pessoas acidentadas, independente do  
pagamento do prêmio.  
Inconstitucionalidade rejeitada. **A**  
**indenização por morte em acidente de**  
**transito e devida, mediante simples prova do**  
**acidente, ainda que não recolhido o DPVAT.**  
Cabe a seguradora acionada reaver do  
consórcio o que tiver satisfeito em face da  
aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo  
nosso)

#### 4. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todos os fatos aqui esposados, bem como legislação descrita e documentos juntados, **REQUER** à Vossa Excelência o seguinte:

1) A citação das Requeridas, **pelos Correios**, nos termos do artigo 247 do Novo Código de Processo Civil, para, querendo, apresentar resposta à presente, no prazo e forma legais, sob pena de lhe serem imputados os efeitos da revelia;

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



2) A **PROCEDÊNCIA** da presente demanda, com a condenação das Requeridas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74;

3) Requer, ainda, a condenação das Requeridas nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, no importe de 20%;

4) A parte Autora vem a presença de Vossa Excelência informar que não tem interesse que seja designada audiência de conciliação ou mediação, na forma do previsto no artigo 334 do NCPC;

5) Por fim, requer os benefícios da **Assistência Judiciária Gratuita**, consoante Lei 1060/50 e posteriores alterações, por ser a Autora pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa.

Protesta e requer provar o alegado por **todos** os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial, prova pericial e todas as demais que se fizerem necessária para a perfeita elucidação do feito.

Requer ainda o Suplicante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

Outrossim, **requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome do Procurador RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI, OAB/PE Nº 31.915**, com endereço na Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 1551, sala 01, Piedade, Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54410-010.

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – Sl 01 – Piedade  
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039  
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



Dá-se a esta o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Recife, 10 de junho de 2020.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI**  
**OAB/PE Nº 31.915**

